

SISTEMAS ESTADUAIS DE AVALIAÇÃO: revisitando contornos e evidenciando tendências**State evaluation systems: revisiting contours and highlighting trends**

Cristiane Machado¹
Paulo Henrique Arcas²

Resumo

O artigo revisita estudo desenvolvido em 2014 para atualizar dados e informações sobre os Sistemas Estaduais de Avaliação em curso na federação. Tem o propósito de ressaltar os contornos das avaliações estaduais indicando possíveis tendências. Trata-se de pesquisa documental a partir dos *sites* das Secretarias Estaduais de Educação e contribuições de pesquisas anteriores sobre a mesma temática. Conclui que há uma ampliação de estados que adotam seus próprios sistemas de avaliação de 19 para 24 atualmente; há uma tendência de ampliação quantitativa de avaliações diagnósticas e intermediárias que não são elaboradas pelos docentes, mas de forma externa; há pouca diferença na condução dos sistemas estaduais de avaliação daquela preconizada pelo governo federal em relação ao Saeb; há pouca transparência nas informações públicas sobre como os estados têm formulado e aplicado as avaliações.

Palavras-chave: sistemas de avaliação. escola pública. tendências.

Abstract

The article revisits a study developed in 2014 to update data and information about the State Assessment Systems underway in the federation. Its purpose is to highlight the contours of state assessments, indicating possible trends. This is documentary research based on the websites of the State Departments of Education and contributions from previous research on the same topic. It concludes that there is an increase in states that adopt their own evaluation systems from 19 to 24 currently; there is a tendency towards quantitative expansion of diagnostic and intermediate assessments that are not prepared by teachers, but externally; there is little difference in the conduct of state evaluation systems from that recommended by the federal government in relation to Saeb; There is little transparency in public information about how states have formulated and applied assessments

Keywords: assessment systems. public school. tendencies

Introdução

¹ Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Brasil. Email: crimacha@unicamp.br orcid <https://orcid.org/0000-0002-3522-4018>

² Universidade Federal de Lavras (UFLA), Brasil. email paulo.arcas@ufla.br, orcid <https://orcid.org/0000-0002-6535-936X>



A avaliação de sistemas educacionais vem sendo objeto de análise e discussão desde o seu advento no Brasil no início dos anos 1990. Inúmeros autores e pesquisadores (Lopes, 2007; Sousa; Oliveira, 2010; GAME, 2011; Bonamino; Sousa, 2012; Machado; Alavarse; Arcas, 2015 Perboni, 2016; Machado, 2020, dentre outros) têm-se debruçado em estudar essa temática, principalmente devido a sua influência no contexto educacional, além de abordagens que enfatizam a centralidade na formulação e implementação das políticas educacionais em nosso país.

Podemos delimitar a avaliação de sistemas educacionais no Brasil em, ao menos, dois momentos que marcariam mudanças significativas na sua trajetória. Um primeiro momento deu-se com o surgimento do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) em 1991, até 2005, quando teria início um segundo momento cujo marco teria sido a criação da Prova Brasil, em 2005, e depois a criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) em 2007.

O primeiro momento configuraria o período de constituição e de estabelecimento da avaliação de sistemas educacionais no Brasil, caracterizado tanto pela iniciativa de se avaliarem redes e sistemas de ensino, quanto pelo aperfeiçoamento técnico dos processos de avaliação adotados (Bonamino, 2013; Bonamino, 2016). As características do Saeb nesse primeiro momento, ou seja, a natureza amostral da avaliação, participando dos testes somente parte dos estudantes das séries avaliadas, e os resultados sendo calculados por estados, regiões e país, segundo Bonamino (2013, p. 50), explicariam “a necessidade sentida pelos estados e por alguns municípios de implantar sistemas próprios de avaliação de suas escolas”.

O segundo representou um movimento de consolidação da avaliação nacional, no caso o Saeb e a Prova Brasil, com a expansão das avaliações subnacionais, tanto as promovidas pelos estados quanto aquelas levadas à cabo pelos municípios (Bauer *et al*, 2017). Sousa (2013, p. 67) alertava que esse segundo movimento “exerceu um poder indutor de iniciativas estaduais de implantação de sistemas próprios de avaliação, ao dar maior visibilidade aos resultados obtidos por redes de ensino e escolas”. A autora ainda complementa afirmando

O que se evidencia é uma tendência de governos estaduais organizarem seus sistemas de avaliação em moldes semelhantes ao delineado pelo Ministério da

Educação, assumindo como principal indicador de qualidade de redes e escolas a medida de proficiência dos alunos, obtida por instrumentos de testagem, apoiados à ideia da necessidade de avaliação para qualificar a gestão da educação (Sousa, 2013, p. 67).

A partir dessas constatações, algumas pesquisas vinham sendo feitas visando mapear, analisar e sinalizar desafios e tendências das avaliações externas e em larga escala implementadas pelos estados, como os estudos já conhecidos de Lopes (2007), Sousa e Oliveira (2010) e GAME (2011), que apresentaram levantamentos mais exaustivos, nos casos de Lopes e do GAME, procurando abarcar a totalidade dos sistemas estaduais vigentes na ocasião de suas pesquisas, ou menos abrangentes, porém mais aprofundados, no caso de Sousa e Oliveira, que analisaram algumas iniciativas estaduais de forma mais aprofundada.

No contexto do Ciclo de Debates realizado no marco dos 25 anos de avaliação de sistemas educacionais no Brasil, promovido pela Fundação Carlos Chagas, Bauer e Tavares (2013) informam que naquele momento 17 estados brasileiros possuíam sistemas próprios de avaliação, a saber: Acre, Amazonas, Pará e Tocantins (região norte); Alagoas, Bahia, Ceará, Pernambuco e Piauí (região nordeste); Goiás e Mato Grosso do Sul (centro-oeste); Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo (Sudeste); Paraná e Rio Grande do Sul (região sul).

Machado, Alavarse e Arcas (2015) indicaram a existência de 19 sistemas estaduais de avaliação, enquanto Perboni (2016, p. 142), considerando o período de 2003 a 2014, informa que “foram identificadas neste período, avaliações próprias em 21 do total de 27 entes federados, compostos por 26 estados e o Distrito Federal”. Os dados apresentados nestes estudos revelaram que num período curto de tempo evidenciou-se, ao mesmo tempo, o crescimento de sistemas próprios de avaliações estaduais, corroborando a tendência indicada por Sousa (2013), mas também uma inconstância na manutenção de aplicações periódicas e, até mesmo, na descontinuidade de alguns deles.

O propósito deste artigo não é o de retomar as pesquisas mencionadas, pois tais estudos são conhecidos e as análises feitas trouxeram contribuições relevantes em relação aos contextos e períodos analisados. Contudo, devido à relevância do tema, este artigo objetiva revisar os contornos das avaliações estaduais apresentados no artigo de Machado, Alavarse e Arcas

Revista Administração Educacional, Centro de Educação, Universidade Federal de
Pernambuco, Recife, v. 15, n. 1, p92-106, jun/jul 2024

ISSN:2359-1382 DOI <http://doi.org/10.51359/2359-1382.2024.263642>



Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

(2015), procurando atualizar o cenário das avaliações estaduais e também evidenciar algumas tendências que se apresentam atualmente.

No processo de revisitar o que foi pesquisado e apresentado em 2015 pelos citados autores, não retrocedemos aos trabalhos anteriores, mas tomamos como ponto de partida o conjunto de iniciativas de sistemas próprios de avaliação dos estados. Para atualizar esse conjunto de iniciativas, foram realizadas buscas na internet nos meses de maio e junho de 2024, procurando informações que pudessem informar o ponto de situação dos sistemas de avaliação estaduais contemplados por Machado, Alavarse e Arcas (2015) e a criação de novos sistemas de avaliação entre 2015 e 2024.

Para tanto, foram realizadas consultas aos sítios das Secretarias Estaduais de Educação, notícias oficiais, ou seja, reportagens feitas pelas Secretarias Estaduais de Educação para divulgar a criação de novos sistemas de avaliação estaduais ou, ainda, para informar sobre a aplicação das avaliações nos últimos anos. Além disso, consultas foram feitas no sítio do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (Caed), pois alguns dos sistemas estaduais de avaliação são desenvolvidos em parceria com este centro há algum tempo. No caso dos estados do Acre, Santa Catarina e do Distrito Federal foi necessário realizar contato telefônico e solicitar esclarecimentos por e-mail visando complementar e sanar dúvidas surgidas a partir dos dados encontrados nos sítios das mencionadas secretarias de educação.

Com relação à existência de pesquisas mais recentes que buscaram mapear os sistemas estaduais de avaliação, ressalta-se que não foi uma preocupação deste estudo. Contudo, vale destacar o livro organizado por Pontes, Osti e Vidal (2021) que trouxe uma discussão acerca de alguns sistemas estaduais de avaliação, especificamente os sistemas dos estados do Ceará e São Paulo, mais antigos e que tiveram seu desenvolvimento concomitante com o Saeb, o sistema de avaliação do Espírito Santo (2000) e Acre (2009), criados na primeira década do século XXI no contexto de consolidação do Saeb e de sistemas estaduais mais antigos, e o sistema do estado do Rio Grande do Norte (2016), criado mais recentemente e ilustrativo da iniciativa de criação de sistemas próprios por entes federados que ainda não o tinham feito.

Apesar das contribuições dadas pelas análises feitas no livro supracitado, não houve a intenção de trazer um contexto mais amplo envolvendo uma gama maior de sistemas estaduais,

Revista Administração Educacional, Centro de Educação, Universidade Federal de
Pernambuco, Recife, v. 15, n. 1, p92-106, jun/jul 2024

ISSN:2359-1382 DOI <http://doi.org/10.51359/2359-1382.2024.263642>



Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

restringindo-se a análise a alguns sistemas estaduais, assemelhando-se à pesquisa feita por Sousa e Oliveira (2010). Portanto, neste artigo, pretende-se trazer um panorama do cenário das avaliações estaduais no atual momento.

Revisitando os contornos dos Sistemas Estaduais de Avaliação

No levantamento realizado sobre a existência de sistemas estaduais de avaliação, consideramos sistemáticas de avaliação externa e em larga escala aquelas iniciativas que se configurem, conforme Sousa (2000, p. 113),

a avaliação de sistema apresenta claramente dois focos de análise: o primeiro (assessment) refere-se aos resultados do sistema, as habilidades e competências adquiridas pelos alunos em determinadas séries escolares, e o segundo trata das condições oferecidas para alcançar esses resultados.

Desse modo, um dos atributos considerados neste estudo é que as avaliações sejam realizadas por avaliadores externos às escolas, mesmo que em alguns casos critérios ou parâmetros sejam definidos ou partes do processo de avaliação contem com a participação de agentes internos às escolas. Outro atributo considerado diz respeito à aplicação de testes padronizados para a avaliação dos estudantes, consorciados ou não com outros constructos relevantes, não cognitivos, relacionados ao contexto educacional. Por fim, considera-se também às finalidades e usos da avaliação, tanto pelas escolas quanto pelas autoridades dos sistemas, procurando contribuir para identificar aspectos que evidenciem fragilidades e virtudes do ensino e do aprendizado, como de aspectos relacionados aos processos e contextos escolares, como colocando-se a serviço de uma prestação de contas à própria comunidade escolar, às autoridades e outros atores sociais.

Desse modo, o mapeamento apresentado por Machado, Alavarse e Arcas (2015, p. 668) “identificou a existência de Sistemas Estaduais de Avaliação em 19 estados brasileiros” e a atualização feita entre os meses de maio e junho de 2024 revelou a existência de Sistemas Estaduais de Avaliação em 24 estados, considerando que os estados de Roraima e Santa Catarina não possuem um sistema próprio de avaliação, enquanto que o Sistema Estadual de

Avaliação da Aprendizagem Escolar (SEAPE), do Acre, criado em 2009, desde 2016 não realiza nenhuma aplicação e, segundo informações obtidas junto à Secretaria de Estado da Educação do Acre, a suspensão das aplicações do SEAPE ocorreram devido à restrições orçamentárias.

O quadro apresentado a seguir traz os vinte e quatro sistemas vigentes, contendo seus nomes, siglas, ano de criação e ano da última aplicação realizada.

	Estado	Nome	Sigla	Ano de criação	Última aplicação
1	Alagoas	Sistema de Avaliação Educacional de Alagoas/ Avaliação de Aprendizagem da Rede Estadual de Educação de Alagoas	SAVEAL	2001	2023
2	Amapá	Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Estado do Amapá	SisPAEAP	2019	2023
3	Amazonas	Sistema de Avaliação do Desempenho Educacional do Amazonas	SADEAM	2008	2023
4	Bahia	Sistema de Avaliação Baiano de Educação	SABE	2007	2023
5	Ceará	Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará	SPAECE	1992	2023
6	Distrito Federal	Sistema Permanente de Avaliação Educacional do Distrito Federal	SIPAEDF	2020	2023
7	Espírito Santo	Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo	PAEBES	2000	2023
8	Goiás	Sistema de Avaliação Educacional do Estado de Goiás	SAEGO	2011	2023
9	Maranhão	Sistema Estadual de Avaliação do Maranhão	SEAMA	2019	2023
10	Mato Grosso	Sistema de Avaliação Educacional do Mato Grosso Avaliação Diagnóstica do Ensino Público do Estado de Mato Grosso	Avalia-MT	2016	2023
11	Mato Grosso do Sul	Sistema de Avaliação da Educação da Rede Pública de Mato Grosso do Sul	SAEMS	2003	2023
12	Minas Gerais	Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública	SIMAVE	2000	2023

Revista Administração Educacional, Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, v. 15, n. 1, p92-106, jun/jul 2024

ISSN:2359-1382 DOI <http://doi.org/10.51359/2359-1382.2024.263642>



Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde de que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

13	Pará	Sistema Paraense de Avaliação Educacional	SisPAE	2013	2023
14	Paraíba	Sistema de Avaliação da Educação Básica da Paraíba	SIAVE	2011	2023
15	Paraná	Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná	SAEP	2012	2023
16	Pernambuco	Sistema de Avaliação da Educação Básica de Pernambuco	SAEPE	2000	2023
17	Piauí	Sistema de Avaliação Educacional do Piauí	SAEPI	2011	2023
18	Rio de Janeiro	Sistema de Avaliação da Educação do Estado do Rio de Janeiro	SAERJ	2008	2023
19	Rio Grande do Norte	Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação Institucional	SIMAIS	2016/2017	2023
20	Rio Grande do Sul	Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul	SAERS	2007	2023
21	Rondônia	Sistema de Avaliação Educacional de Rondônia	SAERO	2012	2023
22	São Paulo	Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo	SARESP	1996	2023
23	Sergipe	Sistema de Avaliação da Educação Básica de Sergipe.	SAESE	2019	2023
24	Tocantins	Sistema de Avaliação da Educação do Estado do Tocantins	SAETO	2011	2023

Os dados obtidos reafirmam que os sistemas de avaliação estaduais mantêm as características identificadas nos estudos anteriores, ou seja, se baseiam na aplicação de testes padronizados aos estudantes do ensino fundamental e médio, principalmente para os componentes curriculares de língua portuguesa e matemática nos anos que marcam o final de alguma etapa da escolarização (5º e 9º anos do ensino fundamental e 3º ano do ensino médio) ou ainda o ciclo de alfabetização (2º ano do ensino fundamental). A aplicação de questionários contextuais também parece ser mantida, coletando informações sobre fatores socioeconômicos, de formação docente e de complexidade da gestão, os quais visam auxiliar na compreensão do desempenho dos estudantes nos testes.

A ampliação da aplicação de testes para outros componentes curriculares era uma

tendência notada no levantamento feito por Machado, Alavarse e Arcas (2015) e que pode ser evidenciada nos sistemas estaduais vigentes, porém, ainda predominam os testes em Língua Portuguesa e Matemática.

De acordo com informações obtidas nas páginas web das secretarias estaduais de educação, no ano de 2023 houve aplicação dos sistemas próprios de avaliação de 23 entes federados, à exceção dos estados do Acre, que teve seu sistema de avaliação descontinuado desde 2016, Roraima e Santa Catarina que não possuem um sistema próprio e o Distrito Federal que, apesar de ter um sistema vigente, esclareceu em contato realizado que devido às mudanças no Saeb, prevê a retomada de aplicação de provas do seu sistema somente em 2024.

Dos 23 estados que aplicaram provas dos seus sistemas de avaliação, 14 aplicaram provas a estudantes dos 2º, 5º e 9º anos do ensino fundamental e da 3ª série do ensino médio, nos componentes de Língua Portuguesa e Matemática. Os estados do Amapá, Amazonas e Paraíba avaliaram em 2023 estudantes dos 2º, 5º e 9º anos do ensino fundamental, enquanto a avaliação feita pelo estado do Paraná avaliou somente os estudantes dos 2º e 5º anos do ensino fundamental.

O estado do Pará em 2023 avaliou os 2º, 3º e 7º anos do E. F. 1ª série do ensino médio da rede estadual e os 2º e 5º anos das redes municipais que participaram da avaliação. O estado de Mato Grosso do Sul avaliou os 2º e 8º anos do ensino fundamental e as 1ª e 2ª séries do ensino médio, observando que anos e séries avaliados no caso do Sistema de Avaliação do Estado do Mato Grosso do Sul (SAEMS), pelo que se pode notar nas aplicações realizadas em anos anteriores é variável.

O Sistema de Avaliação do Estado do Piauí (SAEPI) em 2023 avaliou os estudantes dos 2º, 5º e 9º anos do ensino fundamental da rede estadual e das redes municipais e os estudantes do 6º ano do ensino fundamental e da 1ª, 2ª e 3ª séries do ensino médio regular da rede estadual.

O Sistema de Avaliação do Estado do Rio de Janeiro (SAERJ) havia sido descontinuado e foi retomado no ano de 2023 com aplicação de provas apenas para todos os estudantes do 2º ano do Ensino Fundamental, em Língua Portuguesa e Matemática, como parte do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

Quanto ao Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo

Revista Administração Educacional, Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, v. 15, n. 1, p92-106, jun/jul 2024

ISSN:2359-1382 DOI <http://doi.org/10.51359/2359-1382.2024.263642>



Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde de que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

(SARESP) em 2023 houve aplicação de provas nas áreas de Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas para estudantes dos 2º, 5º e 9º anos do ensino fundamental e para todos os alunos dos anos finais do Fundamental (6º ao 9º ano) de turmas regulares. Já os estudantes do ensino médio paulista foram incluídos no chamado Provão Paulista Seriado que tem como objetivo possibilitar o ingresso dos estudantes das escolas públicas nas instituições estaduais paulistas de ensino superior.

No ano de 2023, todos os sistemas avaliaram o 2º ano do ensino fundamental, o que explicita a preocupação em realizar a avaliação da alfabetização, tendência que já havia sido fortalecida por iniciativas de sistemas mais antigos, como no caso do SPAECE Alfa (2007), do estado do Ceará, e do Programa de Avaliação da Alfabetização (Proalfa) (2005), que compõe o SIMAVE, do estado de Minas Gerais, ou ainda o PAEBES Alfa, do Espírito Santo, que teria sido o pioneiro ao propor uma avaliação específica para a alfabetização em 2004, segundo Perboni (2016). Podemos citar, ainda, o Avalie Alfa (2011), da Bahia, e, para mencionar sistemas estaduais que recentemente passaram a avaliar a alfabetização, incluindo as turmas das suas redes municipais, podemos exemplificar com o SAEGO Alfa, do estado de Goiás (2021), e do Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação Institucional das Redes Estadual e Municipais de Ensino - SIMAIS Alfa, do Maranhão.

Essas iniciativas de avaliação da alfabetização que incluem as redes municipais evidenciam uma articulação e/ou preocupação com a política nacional de alfabetização, com o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, lançado pelo governo federal em 2023, políticas que vem sendo implementadas desde 2013, com o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e com a criação de uma avaliação específica que foi a Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA), que compôs o Saeb naquele momento.

Essa vinculação ou articulação com as políticas nacionais, seja no campo do currículo, principalmente com a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), seja com as políticas de alfabetização, confirma o que Melo (2013) afirmava em relação à criação de sistemas próprios de avaliação pelos entes federados,

O desenvolvimento de sistemas próprios de avaliação educacional também

Revista Administração Educacional, Centro de Educação, Universidade Federal de
Pernambuco, Recife, v. 15, n. 1, p92-106, jun/jul 2024

ISSN:2359-1382 DOI <http://doi.org/10.51359/2359-1382.2024.263642>



Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

significa trazer a avaliação para dentro das avaliações estaduais, e fazer com que esta avaliação se coloque sob controle das instituições do ente federado e a serviço das decisões deste ente federado. [...] Por fim, o foco recai na aprendizagem, por meio do monitoramento dos resultados e da responsabilização.

O mapeamento dos sistemas estaduais de avaliação confirma outro fator que se relaciona diretamente com essa questão do monitoramento da aprendizagem dos estudantes. Esse monitoramento, no contexto das avaliações externas em larga escala no Brasil, vinha sendo delineado a partir do modelo assumido pelo Saeb e que foi sendo replicado na criação dos sistemas estaduais de avaliação, com a aplicação de testes padronizados de Língua Portuguesa (leitura) e Matemática (resolução de problemas) de forma periódica, no final do ano letivo, em anos específicos que marcam o final de etapas da escolarização, principalmente dos anos iniciais e finais do ensino fundamental e do ensino médio, caracterizando o tipo de avaliação somativa (Vianna, 2000), pois realiza-se ao final do processo. Para exemplificar essa classificação dada pelos próprios sistemas estaduais, podemos citar o Avalia-MT, do estado do Mato Grosso, que informa que a “**avaliação somativa**, tem como finalidade verificar sobre o aprendizado dos estudantes ao final de um processo”³.

Contudo, alguns sistemas de avaliação estaduais vêm apresentando dois outros tipos de avaliação, a avaliação diagnóstica inicial e a avaliação formativa. Como exemplo, podemos citar o Avalia-MT, que possui a avaliação diagnóstica, que “tem como principal objetivo fornecer informações para respaldar o planejamento e o (re)planejamento das ações educacionais” e a avaliação formativa que permite aos

gestores e professores verifiquem a aprendizagem de seus estudantes nas principais habilidades esperadas em diferentes momentos do ano letivo. Trata-se de uma avaliação mais próxima do professor ou da professora, cujo resultado aponta para aquilo que deve ser priorizado e reforçado em sala de aula, de modo a orientar o planejamento pedagógico. (Disponível em: <https://www3.seduc.mt.gov.br/avaliamt/tipo-de-avaliacoes>)

³ Disponível em: <https://www3.seduc.mt.gov.br/avaliamt/tipo-de-avaliacoes> Acesso em 10 de julho de 2024.

O Sistema de Avaliação Baiano de Educação (SABE) também apresenta os três tipos de avaliação,

O SABE disponibiliza para as escolas os seguintes instrumentos avaliativos:

1. Avaliação Diagnóstica – identificar alguns conteúdos e habilidades que já foram desenvolvidos pelos estudantes, bem como os objetos do conhecimento que precisam ser fortalecidos.

[...]

3. Avaliação Formativa – pretende apresentar mais informações que possam subsidiar a adoção de novas estratégias pelos professores para potencializar as aprendizagens dos estudantes. Nesta avaliação, professores e estudantes devem refletir sobre o esforço e envolvimento de cada um para aperfeiçoar o processo de ensino e de aprendizagem.

4. Avaliação Somativa (Prova SABE) – avaliação externa, com a mesma metodologia das avaliações do SAEB, que tem por finalidade aproximar os estudantes dos procedimentos exigidos em diversas avaliações usadas nacionalmente e subsidiar as escolas com informações sobre a evolução das aprendizagens dos estudantes, por meio de instrumentos calibrados, para melhoria dos processos de ensino e das aprendizagens. (Disponível em: <https://escolas.educacao.ba.gov.br/sabe>).

É possível situar a ampliação da aplicação de outros instrumentos avaliativos que ocorrem em outros momentos do ano no Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar (PAAE), criado em 2006, no contexto do SIMAVE. O PAAE tinha como propósitos

Acompanhar o desenvolvimento do aluno ao longo do ano, envolvendo todas as disciplinas e várias avaliações durante o ano;

Realizar diagnósticos progressivos da aprendizagem escolar acompanhando a evolução do aluno ao longo do ano letivo;

Fornecer subsídios para intervenções que promovam a melhoria da aprendizagem de todos os alunos;

Assegurar, pelo aprendizado dos Conteúdos Básicos Comuns – CBC, um padrão de ensino para todos os alunos (Perboni, 2016, p. 170).

Atualmente, o SIMAVE se caracteriza por duas dimensões avaliativas: uma interna e a outra externa. A dimensão interna, cujas origens remontam ao PAAE, são chamadas de avaliações sistêmicas da aprendizagem, constituídas pela avaliação diagnóstica e pela avaliação intermediária, de caráter formativo, enquanto a dimensão externa é constituída pelo Programa de Avaliação da Alfabetização (PROALFA) e o Programa de Avaliação da Rede Pública de

Educação Básica (PROEB), de caráter somativo.

Na linha do PAAE, criado em 2006 em Minas Gerais, podemos citar o Saerjinho, criado no Rio de Janeiro, conforme informado por Gilson (2012). Segundo a autora, o Saerjinho consistia numa política de avaliação diagnóstica nas escolas da rede estadual de ensino do Estado do Rio de Janeiro, realizada bimestralmente, que compunha uma etapa do SAERJ, sistema de avaliação do estado do Rio de Janeiro, criado em 2008.

Na coleta de dados para atualizar o panorama traçado neste estudo, entramos em contato com a Secretaria de Estado da Educação do Acre⁴, como foi mencionado, para confirmar a descontinuidade do SEAPE, que caracterizaria o modelo de avaliação somativa. Porém, fomos informados pela Divisão de Avaliação sobre a existência de uma avaliação interna, desenvolvida pelo Departamento de Programas e Ações Especiais da Secretaria de Educação, tratando-se de uma avaliação diagnóstica, realizada em três etapas: a primeira em fevereiro (inicial), cujos resultados visam orientar o planejamento inicial da secretaria e das escolas; a segunda em junho (intermediária), que visa acompanhar os saberes construídos pelos alunos, verificar avanços e identificar conhecimentos não construídos para reorientar o planejamento do segundo semestre; a terceira etapa (final), realizada em novembro, para obter um diagnóstico final e que se aproxima mais de uma avaliação com caráter somativo.

Ao considerarmos as iniciativas de avaliação para além das avaliações somativas, que vinham caracterizando os sistemas de avaliação estaduais, evidenciam uma ampliação das chamadas avaliações diagnósticas, realizadas no início do ano letivo, e formativas, em alguns casos chamadas de intermediárias, realizadas durante o ano letivo. O SIAVE⁵, do estado da Paraíba, assim como no estado do Paraná, com a chamada Prova Paraná⁶, criada em 2019, ou a Avaliação da Aprendizagem em Processo⁷, da rede estadual paulista, aplicada duas vezes no ano, indicam o crescimento dessa perspectiva de obtenção de dados de forma mais periódica

⁴ Informações dadas pela Divisão de Avaliação e obtidas por e-mail em junho de 2024.

⁵ Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/noticias/governo-da-paraiba-inicia-avaliacao-de-mais-de-100-mil-alunos-do-ensino-fundamental-de-escolas-estaduais> Acesso: 29 de junho de 2024

⁶ Disponível em: <https://www.provaparana.pr.gov.br/Pagina/Objetivos> Acesso: 29 de junho 2024

⁷ Informações obtidas por pesquisas na internet permitem remontar a Avaliação da Aprendizagem em Processo da rede estadual paulista ao ano de 2013.

pelos sistemas estaduais.

Este estudo que teve o objetivo de revisitar os contornos dos sistemas estaduais de avaliação tendo como ponto de partida Machado, Alavarse e Arcas (2015), indicou que poucas mudanças puderam ser detectadas neste período de uma década em relação a este aspecto. Um destaque que vale a pena frisar é a ampliação da adesão dos estados na implementação de sistemas próprios de avaliação, de 19 estados em 2015, atualmente foram localizadas informações que apontam para 24, dos 27 da federação, que criaram seus sistemas estaduais de avaliação.

Reflexões finais

Ao finalizar este artigo, cabe ressaltar algumas constatações. Se, por um lado, não foram perceptíveis mudanças significativas em relação aos contornos dos sistemas estaduais de avaliação, em relação às tendências, algumas considerações são necessárias.

O estudo evidenciou uma tendência de ampliação quantitativa de avaliações diagnósticas e intermediárias. Certamente que avaliações diagnósticas aplicadas no início do ano letivo podem contribuir para um diagnóstico mais preciso e apoiar a escola e seus docentes na elaboração de um planejamento mais ajustado às necessidades dos estudantes e alinhado ao currículo escolar do ano que inicia. Já as avaliações intermediárias, também elaboradas de forma externa às escolas, podem gerar resultados que se vinculam apenas ao currículo oficial, gerando ansiedade nos professores e estudantes por cumprirem e atenderem às expectativas previstas nas provas aplicadas.

Por outro lado, a aplicação de avaliações que não são elaboradas pelos docentes, considerando o processo de ensino-aprendizagem, mas de forma externa, poderiam incidir de forma incisiva sobre o trabalho escolar, limitando a ação docente e abrindo margem para a oferta de materiais apostilados, gerando uma postura condutivista da gestão educacional e restringindo o trabalho docente à aplicação de materiais didáticos e provas padronizados. São movimentos que podem indicar uma forte tendência ao esvaziamento do trabalho docente e a pavimentação do caminho – às vezes tratado como inevitável – de privatização do currículo e

Revista Administração Educacional, Centro de Educação, Universidade Federal de
Pernambuco, Recife, v. 15, n. 1, p92-106, jun/jul 2024

ISSN:2359-1382 DOI <http://doi.org/10.51359/2359-1382.2024.263642>



Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

até da gestão, como verifica-se recentemente em São Paulo e Paraná.

É oportuno frisar o que já foi apontado no estudo anterior de Machado, Alavarse e Arcas (2015), há pouca diferença na condução dos sistemas estaduais de avaliação daquela preconizada pelo governo federal em relação ao Saeb, o que no impele ao questionamento da pertinência da implementação dos sistemas estaduais. Estariam os estados fazendo mais do mesmo?

Por fim, merece destaque a dificuldade encontrada na obtenção e acesso às informações sobre como os estados têm formulado e aplicado as avaliações. Conforme anteriormente citado, por exemplo, as informações sobre o Acre foram recebidas por e-mail, depois de muita insistência, em junho de 2024. Ao que parece há, também, uma tendência a pouca transparência sobre como os estados têm organizado e efetivado as avaliações estaduais.

Referências

BAUER, A.; PIMENTA, C O.; HORTA NETO, J. L.; SOUSA, S. Z. L. Avaliação em larga escala em municípios brasileiros: o que dizem os números? **Estudos em Avaliação Educacional**, FCC. v. 26, n. 62. maio/ago.,2015

BAUER, A.; GATTI, B. A; TAVARES, M. R. (orgs). **Vinte e cinco anos de avaliação de sistemas no Brasil** - Origens e pressupostos. V.1. Florianópolis: Insular, 2013.

BONAMINO, A. A Evolução do SAEB: desafios para o futuro. **Em Aberto**, Brasília, v. 29, n. 96, p. 113-126, maio/ago. 2016.

BONAMINO, A. Avaliação Educacional no Brasil 25 Anos Depois: Onde Estamos? In: BAUER, A.; GATTI, B. A. (orgs). **Vinte e cinco anos de avaliação de sistemas no Brasil** - Implicações nas redes de ensino, no currículo e na formação de professores. V.2. Florianópolis: Insular, 2013, p. 43-60.

BONAMINO, A.; SOUSA, S. Z. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 373-388, abr./jun. 2012.

GAME (Grupo de avaliação e medidas educacionais). **A avaliação externa como instrumento de gestão educacional nos estados**: relatório final. Belo Horizonte: Game/Faculdade de Educação/ Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.

GILSON, R. de B. A. Saerjinho: desafios e conquistas na busca por uma qualidade para o

Revista Administração Educacional, Centro de Educação, Universidade Federal de
Pernambuco, Recife, v. 15, n. 1, p92-106, jun/jul 2024

ISSN:2359-1382 DOI <http://doi.org/10.51359/2359-1382.2024.263642>



Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde de que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

estado do RJ. 2012. 111 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Programa de Pós-Graduação Profissional – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora. 2012.

LOPES, V. V. **Cartografia da avaliação educacional no Brasil**. 2007. 396 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MACHADO, C.; ALAVARSE, O. M.; ARCAS, P. H. Sistemas estaduais de avaliação: interfaces com qualidade e gestão da educação. **RBPAE** - v. 31, n. 3, p. 667 - 680 set./dez. 2015.

MELO, M. P. C. Sistemas de Avaliação e Reforma Educacional: possibilidade e desafios. In: BAUER, A.; GATTI, B. A. (orgs). **Vinte e cinco anos de avaliação de sistemas no Brasil** - Implicações nas redes de ensino, no currículo e na formação de professores. V.2. Florianópolis: Insular, 2013.

PERBONI, F. **Avaliações Externas e em Larga Escala nas Redes de Educação Básica dos Estados Brasileiros**. 268f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2016, p. 27-42.

PONTES, J. A.; OSTI, A.; VIDAL, E. M. (orgs.). **Avaliações estaduais: nascimento, vida e protagonismo**. [Meio Eletrônico]. Brasília, ANPAE, 2021.

SOUSA, C. P. Dimensões da Avaliação Educacional. **Estudos em Avaliação Educacional** [online]. 2000, n.22, p.101-118.

SOUSA, S. M. Z. L.; OLIVEIRA, R. P. de. Sistemas estaduais de avaliação: uso dos resultados, implicações e tendências. **Cadernos de Pesquisa**. V.40, n. 141, p. 793-822, set./dez. 2010.

Data de envio:15/07/2024

Data de aceite: 10/09/2024